

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP - ESTADO DE MATO GROSSO

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se os senhores vereadores para a realização da quadragésima primeira sessão ordinária do ano em curso. Invocando a Proteção Divina, o senhor Presidente deu início aos trabalhos solicitando a leitura da ata da sessão anterior. Em discussão a ata, nada havendo, em votação, foi aprovada. Ato contínuo foi solicitado ao vereador Secretário a leitura das correspondências recebidas e expedidas pela Casa de interesse do Plenário. A seguir fez uso da Tribuna Livre a Dra. Anna Letícia Yanai - Vice-Presidente da Associação dos Voluntários do Instituto de Prevenção - AVIP, que explanou sobre os trabalhos desenvolvidos pela entidade em prol do Instituto de Prevenção do Câncer - Filial do Hospital de Amor de Barretos. Logo após fez uso da Tribuna o senhor Edilson Cruz - proprietário de uma revenda de veículos em nossa cidade, que comentou sobre o incêndio criminoso ocorrido em sua empresa. Em seguida foi aberto espaço aos senhores vereadores para as Breves Comunicações. Com a palavra os vereadores Toninho Bernardes, Célio Garcia, Moisés do Jardim do Ouro, Elbio Volkweis, Adenilson Rocha, Dilmair Callegaro, Celsinho do Sopão e Professora Graciele. Durante o uso da palavra o vereador Célio Garcia requereu a dispensa de interstício regimental ao Projeto de Resolução número dez, barra, dois mil e vinte e quatro; e ao Projeto de Lei número sessenta e quatro, barra, dois mil e vinte e quatro, ambos de autoria da Mesa Diretora. Requereu ainda a inclusão na ordem do dia, da Emenda Substitutiva número vinte e nove, barra, dois mil e vinte e quatro, de sua autoria. O vereador Adenilson Rocha requereu a dispensa de interstício regimental ao Projeto de Decreto Legislativo número cento e dezesseis, barra, dois mil e vinte e quatro, de sua autoria. O vereador Dilmair Callegaro requereu o encaminhamento às comissões competentes, do Projeto de Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, sendo a solicitação assentida pela Mesa Diretora. O vereador Toninho Bernardes requereu a dispensa de interstício regimental ao Projeto de Decreto Legislativo número cento e treze, barra, dois mil e vinte e quatro, de sua autoria. O vereador Elbio Volkweis requereu a inclusão na ordem do dia, da Moção de Aplauso número cento e seis, barra, dois mil e vinte e quatro, de sua autoria, sendo o pedido anuído pela Mesa Diretora. O vereador Ademir Debortoli requereu por escrito a dispensa de interstício regimental aos Projetos de Decreto Legislativo número noventa e seis, e noventa e sete, barra, dois mil e vinte e quatro, ambos de sua autoria. Em discussão o requerimento do vereador Ademir Debortoli; e os requerimentos verbais dos vereadores Célio Garcia, Adenilson Rocha, Toninho Bernardes, nada havendo, em votação, os requerimentos foram aprovados. Dando continuidade aos trabalhos foram encaminhados às Comissões Competentes, os Projetos de Lei do número setenta ao número setenta e cinco, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo. Nas matérias para Ordem do Dia, inicialmente foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo número cento e treze, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do vereador Toninho Bernardes, seguido do Parecer número duzentos e quarenta e seis, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão o parecer, nada havendo, em votação, foi aprovado. Em discussão o projeto, com a palavra os vereadores Toninho Bernardes, Professor Hedvaldo Costa, Célio Garcia e Paulinho Abreu. Em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única votação. Em seguida foi apresentada a Moção

de Aplauso número cento e vinte e sete, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do vereador Célio Garcia e vereadores. Em discussão a moção, com a palavra os vereadores Célio Garcia, Lucinei, Professora Graciele, Juventino Silva, Ademir Debortoli, Toninho Bernardes, Dilmair Callegaro, Moisés do Jardim do Ouro e Celsinho do Sopão. Em votação, a moção foi aprovada, e após foi realizada a entrega às homenageadas. Logo a seguir foi apresentada a Moção de Aplauso número cento e seis, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do vereador Elbio Volkweis. Em discussão a moção, com a palavra o vereador autor. Em votação, a moção foi aprovada, e após foi realizada a entrega ao homenageado. Sem demora foi apresentada a Moção de Aplauso número cento e vinte e oito, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do vereador Célio Garcia e vereadores. Em discussão a moção, com a palavra os vereadores Célio Garcia, Ademir Debortoli e Professora Graciele. Em votação, a moção foi aprovada, e após foi realizada a entrega às agraciadas. Prosseguindo os trabalhos foi apresentado o Projeto de Lei número trinta e três, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do vereador Mário Sugizaki. Após foi apresentada a Emenda Substitutiva número vinte e nove, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do vereador Célio Garcia. Em discussão a emenda substitutiva, com a palavra o vereador autor. Em votação, a emenda foi aprovada. Em discussão o projeto, nada havendo, em votação, foi aprovado em segunda votação. Em seguida foi apresentado o Projeto de Resolução número dez, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria da Mesa Diretora. A seguir foi apresentada a Emenda Modificativa número sete, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do vereador Paulinho Abreu. Em discussão a emenda modificativa, nada havendo, em votação, foi aprovada. Em discussão o projeto, sem interesse em discutir, em votação, foi aprovado em segundo e último turno. Incontinenti foi apresentado o Projeto de Lei Complementar número quatro, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, seguido do Parecer número duzentos e trinta e três, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número trinta e um, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número quatorze, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discuti-lo, em votação, foi aprovado em primeira e única deliberação, por se tratar de matéria em regime de urgência. Imediatamente após foi apresentado o Projeto de Lei Complementar número cinco, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, acompanhado do Parecer número duzentos e trinta e quatro, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número trinta e dois, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número quinze, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, foi aprovado em primeiro e único turno, por se tratar de projeto em regime de urgência. Ato contínuo foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, seguido do Parecer número duzentos e trinta e cinco, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número trinta e três, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número dezesseis, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio,

Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discuti-lo, em votação, foi aprovado em primeira e única votação, por se tratar de matéria em regime de urgência. Posteriormente foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta e um, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, acompanhado do Parecer número duzentos e trinta e seis, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número trinta e quatro, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número dezessete, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, foi aprovado em primeiro e único turno, por ser projeto em regime de urgência. Logo a seguir foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta e dois, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, seguido do Parecer número duzentos e trinta e sete, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número trinta e cinco, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número dezoito, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discuti-lo, em votação, foi aprovado em primeira e única votação, por ser matéria em regime de urgência. Após foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta e três, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, acompanhado do Parecer número duzentos e trinta e oito, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número trinta e seis, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número dezenove, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discuti-lo, em votação, foi aprovado em primeiro e único turno, por se tratar de projeto em regime de urgência. De imediato foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta e quatro, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, seguido do Parecer número duzentos e trinta e nove, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número trinta e sete, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número vinte, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, foi aprovado em primeira e única votação, por ser matéria em regime de urgência. Prontamente foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta e cinco, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, acompanhado do Parecer número duzentos e quarenta, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número trinta e oito, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número vinte e um, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados.

Em discussão o projeto, sem interesse em discuti-lo, em votação, foi aprovado em primeira e única deliberação, por se tratar de projeto em regime de urgência. Logo depois foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta e seis, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, seguido do Parecer número duzentos e quarenta e um, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número trinta e nove, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número vinte e dois, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, foi aprovado em primeiro e único turno, por se tratar de matéria em regime de urgência. Seguidamente foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta e sete, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, acompanhado do Parecer número duzentos e quarenta e dois, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número quarenta, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número vinte e três, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discutir, em votação, foi aprovado em primeira e única votação, por ser matéria em regime de urgência. Sem demora foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta e oito, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do Poder Executivo, seguido do Parecer número duzentos e quarenta e três, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; e do Parecer número vinte e cinco, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Obras, Viação e Serviços Urbanos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discuti-lo, em votação, foi aprovado em primeiro e único turno, por ser projeto em regime de urgência. Dando seguimento foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta e quatro, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria da Mesa Diretora, seguido do Parecer número duzentos e quarenta e quatro, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação; do Parecer número quarenta e um, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e do Parecer número vinte e quatro, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discutir, em votação, foi aprovado em primeira e única votação. Em seguida foi apresentado o Projeto de Resolução número onze, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria da Mesa Diretora, seguido do Parecer número duzentos e quarenta e cinco, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão o parecer, nada havendo, em votação, foi aprovado. Em discussão o projeto, nada havendo, em votação, foi aprovado em primeiro turno. Prontamente foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo número noventa e seis, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do vereador Ademir Debortoli, acompanhado do Parecer número duzentos e quatorze, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão o parecer, nada havendo, em votação, foi aprovado. Em discussão o projeto, sem interesse em discuti-lo, em votação, foi aprovado em primeira e única votação. Na sequência foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo número noventa e

sete, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do vereador Ademir Debortoli, seguido do Parecer número duzentos e quinze, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão o parecer, nada havendo, em votação, foi aprovado. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, foi aprovado em primeiro e único turno. A seguir foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo número cento e dezesseis, barra, dois mil e vinte e quatro, de autoria do vereador Adenilson Rocha, seguido do Parecer número duzentos e quarenta e sete, barra, dois mil e vinte e quatro, da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão o parecer, nada havendo, em votação, foi aprovado. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, foi aprovado em primeira e única votação. Em seguida foi solicitado ao vereador Secretário a leitura em bloco das Indicações constantes da ordem do dia. Em discussão as indicações, não havendo interesse em discuti-las, em votação, foram aprovadas. Registra-se que os pronunciamentos, discussões e votações de matérias, encontram-se arquivados na íntegra em formato de áudio e vídeo. Nada mais havendo, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a Proteção Divina e declarou encerrada a sessão, sendo a presente ata lavrada e se achada conforme, assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário.

Paulinho Abreu
Presidente

Toninho Bernardes
Primeiro Secretário